

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

**O USO DO DISPOSITIVO ELÉTRICO DE CONTROLE PODE REDUZIR
A LETALIDADE NAS ATIVIDADES DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS?**

LUCIO LOPES DE CASTRO – CADETE PM

GOIÂNIA
2015

LUCIO LOPES DE CASTRO

**O USO DO DISPOSITIVO ELÉTRICO DE CONTROLE PODE REDUZIR
A LETALIDADE NAS ATIVIDADES DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS?**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Comando da Academia
de Polícia Militar do Estado de Goiás
(CAPM), como requisito parcial à
conclusão do Curso de Formação de
Oficiais (CFO), sob a orientação da
docente Cap. QOPM Capitão QOPM
Leonardo Bernardes Melo.

GOIÂNIA
2015

O USO DO DISPOSITIVO ELÉTRICO DE CONTROLE PODE REDUZIR A LETALIDADE NAS ATIVIDADES DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS?¹

Lucio Lopes de Castro²

RESUMO

Pautado na indagação que norteia este artigo “*Em que situações os confrontos realizados pela polícia utilizando arma de fogo poderiam ser substituídos pelo dispositivo elétrico de controle?*” Pretende-se analisar o uso do dispositivo elétrico de controle na atividade da Polícia Militar de Goiás, através de pesquisa com profissionais da corporação buscando saber quando pode ser empregada substituindo a arma de fogo, e consequentemente diminuindo a letalidade das ocorrências policiais. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica qualitativa, com base na transcrição das entrevistas realizada com 32 policiais do curso de formação de oficiais e curso adaptação de sargentos. Conclui-se que o que vários entrevistados acreditam que existem pouco conhecimento no uso do dispositivo por parte dos policiais e que também há um outro agravante, pois não existem muitos equipamentos, outro problema enfrentado no uso do dispositivo seria a falta de treinamento adequado desses profissionais.

Palavras-chave: Dispositivo Elétrico de Controle - DEC. Emprego de armas não letais. Reduzir letalidade. Polícia Militar.

ABSTRACT

Dedicated to question that guides this article " When is the fighting conducted by the police using firearms could be replaced by the electric device control ? " Objectives . The aim is to analyze the use of the fixture control in the military police activity in their selective use of force, and can be used when replacing the firearm, and consequently reducing the lethality of police reports . Methods. Qualitative literature search. Results: Based on the transcription of the interviews, it was noted that several respondents believe that there are little knowledge in the use of the device by the police and that there is also another aggravating there are not many equipment , another problem faced in the use of the device is the lack proper training of these professionals.

¹ O artigo apresentado ao Comando da Academia de Polícia Militar como requisito parcial para conclusão do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás. Orientado pelo Capitão QOPM Leonardo Bernardes Melo. Co-orientado pela Tenente Thaise Francisca Nunes Gonçalves.

² O autor é graduado em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Atualmente é cadete da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Keywords: Electrical Appliance . Crime. Reduce mortality. Military Police.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho bibliográfico qualitativo visa analisar o emprego do dispositivo elétrico de controle na atividade da Polícia Militar do Estado de Goiás, no uso seletivo da força, e quando pode ser empregado substituindo a arma de fogo, e consequentemente diminuindo a letalidade das ocorrências policiais.

Pretende-se definir em que situações os confrontos realizados pela polícia utilizando arma de fogo poderiam ser substituídos pelo dispositivo elétrico de controle, verificando o impacto na redução da letalidade na Polícia Militar do Estado de Goiás. No intuito de se alcançar o objetivo maior, será analisado o processo do emprego do dispositivo elétrico de controle na Polícia Militar do Estado de Goiás, tentando descobrir o nível de conhecimento e receptividade do equipamento policiais militares.

Toda pesquisa necessita de questionamento. Então, eis a indagação que motivou a elaboração desse trabalho: “Em que situações os confrontos realizados pela polícia utilizando arma de fogo poderiam ser substituídos pelo dispositivo elétrico de controle?”

A polícia vem adotando várias formas de atuação, tentando deixar de lado o emprego da arma de fogo. Emprega-se o uso seletivo da força, escalonando a reação a determinada ação, com equipamentos apropriados que chamamos de dispositivos menos que letais, que usados de maneira correta podem ser de maior eficiência do que dispositivos letais, e ainda poupando vidas. Muito são os meios que se apresentam hoje em dia, para o uso na atividade policial, para melhor escalonar o uso seletivo da força, e devem ser explorados para otimizar as ações policiais, e minimizar as lesões dos indivíduos que estão em conflito com a lei.

O presente estudo se justifica, pois, o Dispositivo elétrico de controle é uma inovação que muito tem a contribuir na atividade policial, especialmente para conter indivíduos agressivos e que ameacem os policiais e a população, sem que seja necessário o emprego da arma de fogo, que é letal.

Tais dispositivos são utilizados de duas formas, sendo a primeira através da utilização de uma dupla de dardos conectados no dispositivo através de fios que

são impulsionados por um cartucho inserido na arma que proporciona a condutividade elétrica sem que o agente da lei tenha que entrar em confronto corporal com o indivíduo abordado, ou através do contato direto da ponta da arma com o corpo do “suspeito” transmitindo assim a energia elétrica pelo modo conhecido como “choque por contato – modo repelente” (MORAES, 2014).

2 REVISÃO DA LITERATURA

A criação da Polícia Militar do Brasil se deu em 1909, após a transmigração da Família Real Portuguesa, feita pelo Príncipe Regente D. João VI de Portugal, para o Brasil, em 1808. A sede da Família Real foi fixada na cidade do Rio de Janeiro e uma das medidas administrativas tomadas por D. João VI foi a criação do Corpo Policial, que deu origem às Polícias Militares do Brasil (GOMES, 2004).

O marco inicial da defesa da Colônia Brasil data de 1570, quando foi criado o regimento de Capitães-Mores (autoridades que comandavam as milícias). O Capitão-Mor comandava as ordenanças, cuja missão era a defesa local, para garantir o funcionamento dos órgãos institucionais. A tropa comandada pelo Capitão-mor era composta por toda a população masculina da Colônia, exceto o clero e funcionários reais. Estas ordenanças atuavam como força reserva, armavam-se e equipavam-se por conta própria, e só recebiam um soldo quando eram mobilizados para ação de guerra. Desse modo, os comandantes destas ordenanças passaram a se organizar por meios próprios e criaram um esboço de Polícia que foi oficializado pela “Correição de 24 de outubro de 1626”, que criava os “quadrilheiros”, que representavam os Capitães-mores da estrada. Ficaram assim conhecidos como Capitães do Mato, cuja missão era de efetuar as prisões de fugitivos, normalmente os escravos. Estes quadrilheiros recebiam um soldo pelos serviços prestados (SOUZA, 1999).

Em Goiás, a história da Polícia Militar de acordo com Gomes (*apud* TELES, 2007), a criação da polícia militar se deu em 1809, após a transmigração da família Real Portuguesa, feita pelo Príncipe Regente D. João VI de Portugal, para o Brasil, em 1808. A sede da família Real foi fixada na cidade do Rio de Janeiro e uma

das medidas administrativas tomadas por D. João VI foi a criação do Corpo Policial, que deu origem às Polícias Militares do Brasil.

O fenômeno da completa militarização das Forças Públicas, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, tornou-se mais acentuado, ressalta Gomes, inicialmente no sul do País, propagando-se posteriormente aos demais Estados que também precisavam da manutenção da ordem pública. Em 1889 com a Proclamação da República, os Estados começaram a conquistar sua autonomia financeira e foram aumentando o contingente efetivo das Polícias Estaduais. Em 1947, ocorre a mudança da denominação da Força Militar para Polícia Militar. Esta mudança ocorreu devido ao compromisso da Corporação como força Auxiliar do Exército Brasileiro cuja bandeira é ser fiel aos valores nacionais de culto à Pátria, defesa territorial e segurança do Estado. Ainda de acordo com Gomes (*apud* TELES, 2007), até esse momento as idéias de criminalidade ainda não representavam nenhuma preocupação para a sociedade nem para o governo. Os conflitos que surgiam, geralmente eram originados das questões político-partidários ou pela briga do poder.

Segundo Fraga (2005), considerando especificamente a atividade do policial militar, sujeito deste estudo, entende-se que seja um trabalhador que desenvolve um processo de trabalho peculiar e a polícia é uma profissão a medida que:

a atividade policial é exercida por um grupo social específico, que compartilha um sentimento de pertencimento e identificação com sua atividade, partilhando idéias, valores e crenças comuns baseadas numa concepção do que é ser policial. Considera-se ainda, a polícia como uma “profissão” pelos conhecimentos produzidos por este grupo ocupacional sobre o trabalho policial – o conjunto de atividades atribuídas pelo Estado à organização policial para a aplicação da lei e manutenção da ordem pública, como também os meios utilizados por este grupo ocupacional para validar o trabalho da polícia como “profissão (PONCIONI 2003, p.69 *apud* FRAGA, 2005, p. 25).

Ao se considerar a polícia como profissão, Fraga salienta que como uma especialização na divisão sócio técnica do trabalho, destaca-se que o policial é um sujeito que desenvolve um processo de trabalho. O trabalho do policial na sociedade produz um valor de uso (o serviço de segurança pública oferecido à sociedade) e um valor de troca (preço pago pelo seu empregador, o Estado, pelo seu serviço).

Através das premissas marxianas em que o processo de trabalho é constituído pelo trabalho, o objeto e os meios pelos quais o trabalhador realiza sua atividade. Avalizaremos a que questão do trabalho do policial conforme os elementos que Fraga destaca como:

1. O trabalho propriamente dito é a atividade do policial desenvolvida com a finalidade de executar a política da segurança pública; são as ações da polícia (vão desde o policiamento ostensivo até controle de tumulto); é, sempre, em tese, planejado.
2. A matéria-prima do trabalho do policial é a sensação de segurança social, a ordem pública, o policiamento ostensivo, a defesa pública, enfim, é a segurança pública na sociedade.
3. O objeto de trabalho é a segurança pública (prestação de serviço) tanto formal, variáveis do policiamento, como informal, ações que visam a sensação de segurança da comunidade.
4. O meio é tudo aquilo que o PM se utiliza na realização de seu trabalho; podem ser subdivididos em: instrumental são os equipamentos utilizados e os aprestos. São as ferramentas que dão suporte ao PM na realização de suas atividades, tais como: o uniforme (a farda), capa de chuva, as armas (arma de fogo, cassetete e algemas) viaturas, rádios, transeptores, apito, coletes refletivos, papel, caneta, telefone; instrumentos de prevenção: colete à prova de balas, capacete de controle de tumulto, capacete balístico, caneleiras, joelheiras, capa, capacete e roupa de proteção contra incêndios usados pelos bombeiros. Também são meios de locomoção do PM: o policiamento com bicicletas, cavalo (policiamento montado), o avião (policiamento aéreo), o barco e a lancha (em embarcação).

No âmbito do conhecimento técnico-operativo da profissão a autora mostra que é aquele adquirido por meio de cursos de formação e habilitação. Por exemplo, o aporte jurídico-legal acionado, quando chamado a intervir nas ocorrências. Este último, o aporte jurídico-legal ou os recursos técnicos, é que lhe darão o suporte de conhecimento necessário para orientá-lo na sua maneira de agir (por exemplo, quando poderá entrar numa residência, mesmo sem o mandato judicial e sem autorização de quem lá reside). São os recursos técnicos que o PM

acionará no desempenho de sua atividade. Em relação aos recursos físicos, a autora ressalta que é exigido do policial saberes relativos ao manuseio e emprego do armamento, do conhecimento, do ciclo completo da abordagem policial e os processos de intervenção preventiva, dissuasiva e repressiva.

De acordo com o Manual Básico do Policiamento Ostensivo, Fraga (2005, p. 23),

esclarece que as técnicas mais utilizadas pelo PM são: a abordagem de pessoas a pé, abordagem de veículo suspeito; busca pessoal (conhecida vulgarmente como “revista” ou “gerica”); desarmamentos, condução de preso; perseguição; descrição e providências em local de crime. O policial se utiliza ainda de outros recursos que podem contribuir para a efetividade de sua ação, tais como os diálogos com a comunidade, palestras e orientações.

Nesse quadro, o papel da polícia é tratar de problemas humanos quando sua solução necessita ou possa necessitar do emprego da força e “na medida em que isso ocorra, no lugar e no momento em que tais problemas surgem. É isso que dá homogeneidade a atividades tão variadas”. Assim, para que o policial possa realizar o seu trabalho com eficiência é fundamental que aprenda a intervir nos mais distintos espaços, de modo que exerça sua autoridade como profissional dentro das prerrogativas que lhe conferem o poder de polícia, mas sem abusar desse poder, de maneira arbitrária ou autoritária (MONJARDET, 2003, p.15 *apud* FRAGA, 2005).

Nesses termos, quem é o Policial Militar? Como bem coloca Pinto (2000) citado por Fraga (2005), em seu trabalho traz as seguintes observações: o Policial Militar (PM) é o Militar Estadual (ME), o profissional responsável pela execução da política de segurança pública, funcionário público estatal (logo, tem o Estado como empregador) e é o único profissional que é julgado por duas justiças distintas: a civil e a militar, podendo ser submetido a punições por atos que não redundam em nenhum tipo de pena para o cidadão civil.

Conforme nossa exposição anterior, compartilhamos com Fraga (2005), em que as atividades do PM são exercidas no âmbito do espaço urbano e isso se justifica na afirmação de (MARIANTE, 1972, *apud* FRAGA, 2005), que a gama de serviços prestados pela Polícia Militar se consolida na rua, no serviço de policiamento ostensivo; no trânsito, nos colégios, nos bancos, nos serviços exercidos pelos bombeiros (nos casos de salvamento), nas rodovias, abas-largas-combatendo o abigeato e os abigeatórios, na guarda dos presídios, escoltas e

diligências, nas grandes reuniões de pessoas, nas greves, nas estações viárias, nas praias – como salva vidas, flora e fauna, postos fiscais, nas comunicações, nas calamidades, guarda consular, nos dias festivos, além de outras colaborações tais como: guardar as imediações das mesas eleitorais, guarnecer o transporte das urnas para os locais de apuração e assim segue uma longa lista de serviços que a brigada militar presta a sociedade.

Através do manual básico de policiamento ostensivo do Ministério do Exército (1999), Fraga mostra que

o trabalho dos PMs reveste-se de características muito peculiares: não possuem horários predeterminados, principalmente para o término do serviço, ou seja, não tem uma jornada fixa, como os outros trabalhadores. Além disso, depois que a escala de serviços acaba, os PMs estão sujeitos, ainda, ao atendimento de ocorrências. Significa dizer que eles têm de estar à disposição do Estado, ou melhor, da segurança da sociedade, por imposição legal, nas 24 horas do seu dia, conforme é estabelecido no artigo 31 do Estatuto dos Servidores Militares, abrangendo todos os níveis hierárquicos, determinando suas condutas a uma dedicação exclusiva para a manutenção da ordem pública e segurança da comunidade, mesmo estando sujeito ao sacrifício da própria vida.

Nesse contexto, a autora ressalta que ao assumir o compromisso da profissão, o policial não pode se omitir diante de fatos que exijam sua intervenção, precisa estar sempre preparado para servir à comunidade. Daí seu caráter de dedicação exclusiva: uma exigência permanente de continuidade da função para além do horário de serviço esteja usando farda ou não. Importa salientar ainda que para Santos (1997, p.162) citados pela autora, o trabalho do policial situa-se por um limite, o direito a vida, ou seja, pelo risco de vida a que se sentem submetidos nos campos e cidades brasileiras, devido ao aumento dos conflitos sociais-agrários e a criminalidade urbana violenta, seja pela ameaça a vida, ou no limite da norma social, exercendo um poder de modo próximo ao excesso.

Fraga (2005), alerta que é justamente no limite do direito a vida que, não raras vezes, o policial perde uma tênue linha que precisa ser equilibrada, no seu poder de repreender, de coibir, de orientar e de prevenir que caracteriza a vida cotidiana do policial. Nessa perspectiva, os ingredientes dos quais são constituídas as situações de trabalho do policial exigem, além do aparato jurídico-legal, sensatez, iniciativa e capacidade de negociação nas situações adversas. É no cotidiano de trabalho com a comunidade que se determina a definição, a organização e a análise de onde e como o policial pode e/ou deve atuar.

Com a criação da força policial, vários homens da sociedade civil foram contratados para o policiamento local na capital do Império. Estes homens não tinham nenhuma instrução e com disciplina precária, eles não contavam com qualquer garantia no trabalho e só recebiam do governo uma pequena diária pelos serviços prestados. Estes homens contratados utilizavam como arma apenas um pedaço roliço de madeira (tipo cassetete) que significava o símbolo do poder e da Justiça e podia ser indicado para efetuar prisão, fazer diligência, ou defender alguém. A partir deste critério, estes homens passavam a ser escolhidos pelos delegados pelas demonstrações de coragem (SOUZA, 1999, p. 37-38)

Ao escolher a carreira de policial militar no Estado de Goiás o interessado deve passar por várias etapas e instruções até estar apto para atender às várias demandas da população. A forma de ingresso na Polícia Militar de Goiás se dá através de concurso público e alguns requisitos básicos são exigidos no momento da inscrição como, por exemplo, ser brasileiro, ter altura mínima de 1,65m para homens e 1,60m para mulheres, ter bons antecedentes, ter curso superior em qualquer área para praças e ser bacharel em Direito para oficiais e estar em dias com as obrigações eleitorais e militares (no caso de candidatos masculinos). Sendo aprovado no exame de conhecimentos, o candidato deve submeter-se a testes de saúde, físico, psicotécnico e social.

Ao passar por todas estas etapas, o candidato aprovado passa por um curso de formação onde recebe instruções para o Serviço Policial Militar (SPM), além de outras instruções. Geralmente os instrutores deste curso de formação são os próprios militares ou professores contratados pela unidade de ensino. Durante o curso de formação os alunos recebem instruções de ordem unida, defesa pessoal, educação física, legislação, técnicas de abordagem e outras matérias necessárias ao Serviço Policial Militar e à manutenção da ordem pública da sociedade.

Na unidade de ensino, os alunos são ensinados sob rigorosas normas de disciplina e hierarquia, cujo objetivo principal é fazer com que o futuro policial militar tenha auto-controle, capacidade de cumprir ordens e determinações, aprenda pensar e agir sob pressão e principalmente aprenda a ter equilíbrio emocional para seu campo de atuação.

Ao terminar o curso de formação, o policial militar (praça ou oficial) deve estar apto para atender às diversas demandas da população e normalmente são encarregados de fazer policiamento ostensivo motorizado em viaturas ou em

motocicletas, policiamento ostensivo em bicicletas, a pé ou montado em cavalos. Alguns policiais após o curso de formação fazem outros cursos de policiamento especializado dentro da própria corporação como é o caso do Batalhão de Choque (BPMCHOQUE), Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), Canil (ROCAM), Grupamento Anti-Sequestro (GATE), Grupo de Intervenção Rápida e Ostensiva (GIRO) e Grupamento Aéreo (Graer).

Outras funções administrativas também podem ser ocupadas por estes profissionais como, por exemplo, os serviços de tele-atendimento (que visa atender as solicitações diretas da população através do telefone 190), os serviços de rádio e comunicação, entre outros.

Após ingressar na corporação, o policial militar passa a ter aspirações e, com elas, submete-se aos concursos da Corporação e passa novamente por várias condições exigidas. O processo de seleção é criteriosamente planejado e todas as fases e requisitos são rigidamente cumpridos, conforme estabelecem as Constituições Federal e Estadual, contudo o tempo para esta ascensão é bastante demorado e este acesso não é privilégio de muitos.

Além das exigências internas do serviço policial militar, a sociedade também exige muito deste profissional e de acordo com Gomes (2004, p. 26),

Espera-se um grau de profissionalismo do policial acima da média dos demais funcionários do Estado já que possui conhecimentos, aptidões e senso de equilíbrio necessários e indispensáveis, para seu campo de atuação, que é bastante amplo e diuturnamente próximo à população. Assim, o serviço policial militar se constitui em uma profissão em que os deveres são maiores do que as regalias. Mesmo nas horas de folga, quando em quase todas as profissões cessam-se as obrigações da função, não existe esse interregno para o serviço policial. As funções são de caráter permanente e obrigatório. Isso implica o dever de ação, sempre que necessário, esteja ele em serviço, de folga ou mesmo em gozo de férias. Deve este profissional conhecer bem o seu mister, estar sempre preparado, ser eficiente, técnico, perfeito como espera a sociedade. Seus atos devem ser nobres, com extrema moral e ética objetivando indiscutivelmente o bem social.

Na visão de Pinc (2007) o conceito de abordagem policial esta ligado ao encontro entre a polícia e o público em que os métodos de abordagem adotados variam de acordo com as circunstancias e avaliação efetuada pelo policial em relação ao abordado, podendo estar relacionado ao crime ou não.

Contudo, já exposto no Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da Polícia Militar de Santa Catarina (2010) denomina como sendo uma abordagem de

ação Policial Militar de atuar em momentos que exijam intervenção policial, aproximando-se, interpelando, identificando e procedendo a busca de um ou mais cidadãos, o que pode resultar na prisão, advertência ou orientação das pessoas envolvidas. Desta forma, com a finalidade de proporcionar aos cidadãos mais segurança, será descrito o dispositivo elétrico. O dispositivo elétrico de controle surgiu para que vidas humanas fossem poupadas, não sendo substitutiva da arma de fogo, mas podendo ser usada em situações específicas, no uso seletivo da força³.

Onde, o autor Bayley (2002, p. 20) assevera “A polícia se distingue, não pelo uso da força real, mas por possuir autorização para usá-la”. É compreensível que a atuação policial deve ser pautada e utilizada sob rígidos critérios, de acordo com a necessidade e proporcionalidade adequados a situação apresentada de risco ou ameaça a determinado bem, buscando um enquadramento técnico e proporcional ao uso diferenciado da força.

Em relação a utilização dos equipamentos não letais Moraes (2014, p. 46-47):

a utilização de equipamentos não letais para os profissionais de segurança pública é assunto discutido no Brasil e no mundo, todavia a aplicação de técnicas que associem a doutrina e equipamentos não letais ao uso progressivo da força como era anteriormente chamado, pois o entendimento atual da Secretaria Nacional de Segurança Pública é de que o termo adequado seja “uso diferenciado da força” é uma proposta relativamente recente no cenário nacional, exemplo disso era a escassa, limitada e até então não confiável quantidade de produtos postos à disposição no mercado nacional para uso das forças de segurança.

O primeiro dispositivo elétrico de controle a surgir de forma comercial foi a TASER TF-76 lançado em finais dos anos 70 por um cientista da Nasa chamado Jack Cover. Após bastante pesquisa e evolução, em 1999 foi lançado a TASER M 26 que usa o ar comprimido para atirar dardos energizados no agressor, sendo uma arma de alta voltagem e de baixa amperagem. A pessoa afetada normalmente cai ao chão, devido à incapacidade de comandar seus músculos, tendo um ciclo de cerca de 5 segundos, podendo ser repetido se o agressor não for subjugado.

A Organização das Nações Unidas, (apud MORAES, 2014, p. 47):

em seu oitavo congresso para a prevenção ao crime e ao tratamento dos delinquentes, nos seus Princípios Básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei, em

³ No Brasil, a abordagem policial está fundamentada no Código de Processo Penal, em seus artigos 239 e 244, sendo que o policial tem o poder de iniciar e conduzir o encontro.

suas disposições gerais, afirma que os policiais no exercício de suas funções, devem, na medida do possível, recorrer a meios não violentos antes de utilizarem a força ou armas de fogo. Só poderão recorrer à força ou a armas de fogo se outros meios se mostrarem ineficazes ou não permitirem alcançar o resultado necessário.

A TASER⁴ não é apenas um dispositivo de dar choques elétricos, mas age em ondas específicas do cérebro (as ondas Twaves ou “T”) que comunicam com os músculos, causando de forma imediata incapacitação neuro-muscular (NMI), tornando o indivíduo sem controle sobre os membros. Alimentado por oito pilhas alcalinas do tipo AA, que provoca um choque de 50.000 volts quando acionado pelo dardos e cerca de 5.000 volts em contato direto com o corpo. Importante salientar que esta alta voltagem não representa perigo, pois o que é lesivo é a amperagem, sendo que esta na TASER M 26 é de apenas 0.0036 amperes, o que não interfere nem mesmo em um simples marca-passo.

De acordo Williams (2001 *apud* XAVIER, 2009, p. 28) conceitua o uso progressivo da força como sendo:

Uma ferramenta para ajudar na determinação das técnicas ou níveis de forças apropriadas para as várias situações que possam surgir. É uma lista de técnicas que possuem uma graduação, que vai das mais “fracas” ou menos violentas, até as mais “fortes” ou mais extremadas, como a força letal.

Estudos revelam a eficácia da utilização como os de Riani em sua obra *Técnicas Não-Letais* (*apud* MORAES, 2014, p.61) na segurança pública e privada cita alguns relatórios de departamentos de polícia norte-americana com relação ao uso da arma de condutividade elétrica TASER, como por exemplo, o do Sargento Brian A. Bruce em 2005 ao Chefe de Polícia de Columbus assim relatando

Em 05 de julho de 2004 após seis meses de implantação da Taser no Departamento de Polícia de Columbus, houve redução de 24,1% (vinte e quatro vírgula um por cento) nas lesões nas pessoas detidas pelos policiais de departamento, além da redução de 36,8% (trinta e seis vírgula oito por cento) no uso de agentes químicos, 32,2% (trinta e dois vírgula dois por cento) no uso de força física e de 20,7% (vinte vírgula sete por cento) no uso de armas de impacto por policiais neste período em relação ao anterior. O relatório afirma que em 14 (catorze) ocorrências onde provavelmente haveria o uso justificado da força letal, a Taser foi usada de forma segura,

⁴ O equipamento brasileiro é conhecido como DSK 700 – SPARK – Dispositivo Elétrico Incapacitante que consiste em incapacitar imediata e temporariamente um suspeito fazendo com que seu sistema nervoso sensorial e motor sejam paralisados enquanto a descarga elétrica é transmitida ao agressor (MORAES, 2014).

tendo um policial no local do fato, com uma arma de fogo para o caso de ser necessário usá-la.

3 METODOLOGIA

Lakatos e Marconi (2001, p.83) definem que metodologia “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando os erros e auxiliando as decisões do cientista.”

Para Cervo e Bervian (1983, p.23), “método de abordagem é o conjunto de procedimentos utilizados na investigação de fenômenos ou no caminho para chegar-se a verdade.”

Assim, para o desenvolvimento deste trabalho, e com a finalidade de se coletar dados primários, será utilizada uma pesquisa de campo, com metodologia descritiva qualitativa ao profissional da área. Que possibilitará ao pesquisador ter acesso a informações necessárias para o entendimento do assunto. Pesquisas exploratórias e bibliográficas também serão realizadas neste artigo, à fim de dar embasamento teórico às análises.

Segundo Gil (1999, p.43):

A pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Esse tipo de pesquisa é feito a partir de dados secundários, ou seja, já existentes, através de conversas informais com funcionários e gestores da empresa, bem como o estudo de arquivos e documentos armazenados.

Ainda segundo Gil (1999, p.31), “as pesquisas qualitativas são realizadas a partir de entrevistas individuais ou discussões em grupo, e sua análise verticalizada em relação ao objeto em estudo permite identificar pontos comuns e distintos presentes na amostra escolhida.”

Segundo Gil (1999), pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

De acordo com Gil (1999, p.44), pesquisas bibliográficas é o “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, internet, etc. Gera novos conhecimentos tanto para o pesquisador quanto para os indivíduos participantes da pesquisa.”

Será feita pesquisa qualitativa, com perguntas fechadas e ampla pesquisa bibliográfica.

De acordo com Gil (1999, p.48),

Entenda-se aqui por população não o número de habitantes de um local, como é largamente conhecido o termo, mas um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo), que possuem as características que serão objeto de estudo.

Considerando então que este trabalho tem por objetivo avaliar o uso do dispositivo eletrônico nas abordagens policiais, será necessária a abordagem de uma população composta por profissionais da PMGO de unidades operacionais distintas. A população composta por 32 policiais, pessoa que será população finita, pois se sabe o tamanho da mesma.

Para descobrir qual o grau de recepção e preparo técnico para o uso do dispositivo elétrico de controle pelos policiais militares da Polícia Militar do Estado de Goiás, será feito pesquisa qualitativa, através de formulário com perguntas abertas, que abordou 32 policiais militares que estão fazendo cursos no Comando da Academia de Policia Militar do Estado de Goiás, nos cursos de formação de oficiais (CFO) e curso de adaptação de sargentos (CAS), que possuem no mínimo cinco anos de corporação, e, que estão servindo em unidades operacionais distintas, o que fará uma abordagem da realidade em todo o Estado, dando uma real dimensão do uso do dispositivo elétrico de controle e o preparo destes profissionais para seu uso.

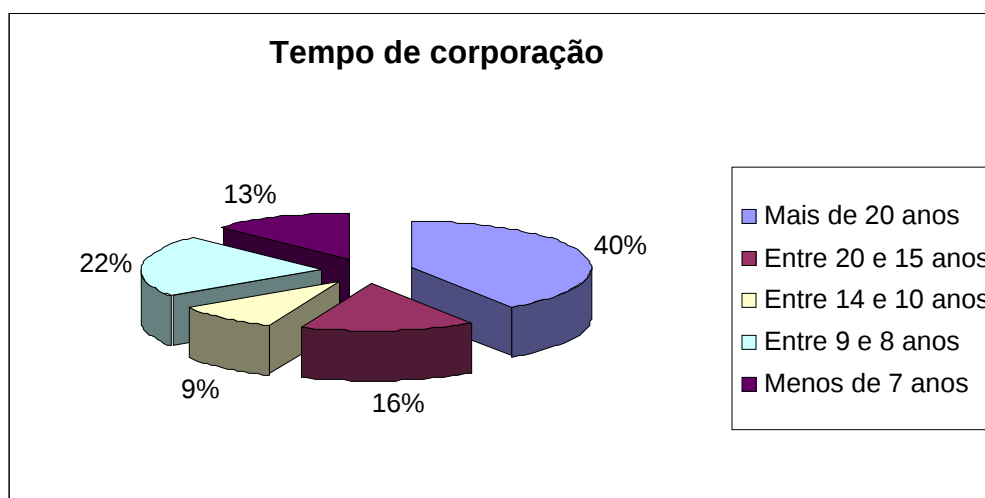


Gráfico 01: Tempo de corporação do entrevistado
Fonte: Elaboração própria

De acordo com Gil (1999, p.221), “O instrumento de coleta de dados é o documento através da qual as perguntas e questões são apresentadas aos respondentes e onde são registradas as respostas e dados obtidos.”

Então, para se coletar os dados necessários para a realização da pesquisa proposta neste trabalho, será utilizado um roteiro de entrevista semi estruturado, sendo um roteiro com 5 (cinco) perguntas abertas para o entrevistado.

Segundo Gil (1999, p.207):

A entrevista tem por base a conversação, envolvendo perguntar ou discutir temas com os entrevistados, técnicas mais acessíveis que a observação ou o uso de questionários; e é o instrumento metodológico favorito dos pesquisadores que utilizam a abordagem qualitativa de coleta e análise de dados, mesmo não sendo prerrogativa ou exclusividade destes.

Após apresentação do instrumento de pesquisa - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual esclarece aos participantes a natureza e os objetivos da pesquisa e de suas participações na mesma, deixando-os informados sobre sua autonomia nesse processo - iniciou-se a entrevista coletando os dados.

Segundo Gil (1999, p.112), “é a etapa da adequação metodológica conforme as características da pesquisa a ser realizada.”

De acordo com Gil (1999, p.435):

O objetivo da análise é sumariar as observações completadas, de forma que estas permitam respostas às perguntas da pesquisa. O objetivo da interpretação é a procura do sentido mais amplo de tais respostas, através de sua ligação e outros conhecimentos já obtidos.

Com a pesquisa qualitativa, torna-se prudente analisar as respostas obtidas através da entrevista e responder a pergunta problema colocada no início deste artigo científico. Neste estudo, os dados obtidos através da entrevista foram transcritos e interpretados para serem analisados e confrontados, tendo em vista a conclusão do mesmo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi feito a coleta nos cursos de Formação de Oficiais e no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, com 32 (trinta e dois) profissionais com no mínimo 5 anos de atividade operacional. Na data de 12 de março de 2015 das 8:15 as 12:00h no Comando da Academia de Polícia Militar.

No primeiro item da entrevista, foi solicitado que descrevessem sobre o fato é que as polícias têm vários meios de agir em situações que requerem o uso seletivo da força, além do uso da arma de fogo. Diante disto qual a importância do dispositivo elétrico de controle nas atividades policiais?

Transcrição
16 responderam que <i>“Protege o agressor sem o uso da arma de fogo;</i>
4 respondeu que é <i>“Extremamente importante o uso seletivo e em ultimo caso o uso da arma de fogo”.</i>
3 policiais disseram que <i>“Evita o excesso da parte policial”;</i>
3 profissionais disseram que é <i>“Importante pois substitue a arma de fogo”;</i>
2 responderam que é <i>“Importante pelo fato de participarem de diversas situações”;</i>
2 disseram que <i>“É importante, porem poucos são habilitados”;</i>
1 disse que <i>“É importante para casos de agressividade, mas tratando de infrator armado não tem utilidade”.</i>

A maioria descreveu a mesma situação que é a proteção do agressor sem o uso da arma de fogo, mas houve outras descrições do tipo, poucos profissionais são habilitados no uso desse dispositivo.

Em relação ao nível de conhecimento e uso dos profissionais da PM de Goiás em relação ao uso do equipamento no momento do confronto;

Transcrição
12 disse <i>“Muito pouco”</i> 7 descreveu que pouco conhecimento e poucos equipamentos na corporação;
4 policiais disseram que é <i>“Deficiente pois não teve oportunidade de usar o equipamento”</i>
2 respondeu que <i>“Conhecimento mínimo, tendo por indicativo o efetivo da PM”</i>
2 disse que <i>“Não produzir estudos a respeito”;</i>
1 profissional respondeu que <i>“Pouco conhecimento pois o equipamento se da ao uso exclusivamente de unidades especializadas”</i>
1 respondeu que <i>“Foi feito treinamento específico no curso de formação”</i>
um policial respondeu que considera que <i>“Não tem conhecimento, achou ruim e desmotivante, pois tem que tomar choque para ser preparado para usar o DEC”;</i>
um disse <i>“excelente pois adotou-se como VIGA MESTRE o POP”.</i>

A grande maioria acredita que existem pouco conhecimento no uso do dispositivo por parte dos policias e que também há um outro agravante não existem

muitos equipamentos; outro ponto lembrando é a falta de estudos nessa área; um tem colocado também, foi o fato de terem que testar o dispositivo, esse considerou ruim e desmotivante. Ou seja, cabe a PMGO verificar uma forma ideal de informar de maneira mais eficiente os policiais da corporação e obter informações de treinamento que motivem mais, e, condizentes com a realidade.

Acerca de quais as situações os confrontos realizados pela polícia utilizando arma de fogo, poderiam ser substituídos pelo dispositivo elétrico de controle, e o impacto na redução da letalidade na Polícia Militar do Estado de Goiás, obteve o seguinte resultado das entrevistas:

Transcrição
16 policiais responderam de maneira similar que <i>“Em caso de arma branca pelo agressor”</i> ;
6 policiais falaram que <i>“Em casos que o agressor esteja utilizando pedaço de madeira, pedras etc... respeitando o uso seletivo”</i>
4 dos entrevistados lembraram que <i>“Não se usa o DEC em situações de confronto”</i> ;
3 dizem que <i>“Tem que se aplicar caso a caso”</i>
houve três entrevistas sem respostas nesse item e 1 Nenhuma

A grande maioria lembrou que deve ser substituído em casos em que o agressor esteja com arma branca ou um objeto que não seja arma de fogo; e lembraram também que não se usa o DEC em situações de confronto, ou seja, deve-se analisar cada situação e a devida utilização desse dispositivo, que se mostra eficiência e diminui problemas causados por armas de fogo por parte da polícia.

Em relação a opinião diante dos números de ocorrência que foi utilizado a arma de fogo e /ou o dispositivo elétrico;

Transcrição
13 responderam que <i>“Não tem conhecimento”</i>
6 disseram que <i>“É pequena o uso da DEC nas ocorrências”</i> ;
6 descrevem que <i>“A arma de fogo é mais utilizada”</i>
2 dos entrevistados não responderam esse item;
um policial responde que <i>“Em torno de 70% poderia ser usado o DEC”</i> ;
1 disse que <i>“O uso das armas de fogo diminuiriam significativamente”</i> ;
um responde de forma coesa que <i>“Eficiente e eficaz ao ser utilizada por profissional treinado”</i> ;
um diz que <i>“Diminui o índice de homicídios praticado por policiais”</i> .

Sobre a utilização do DEC pela PMGO, foi perguntado se o entrevistado considera que a polícia militar de Goiás deve investir ainda nesse dispositivo, a fim de diminuir o número de casos onde há o emprego de arma de fogo; e as respostas foram:

Transcrição
16 disseram apenas que “ <i>Sim</i> ”;
11 respondeu que “ <i>Sim e habilitar mais os policiais para seu uso</i> ”
2 dos entrevistados respondeu que “Bom, observando caso a caso”
2 diz que “ <i>Deve investir pesado e urgente, pois, estão tratando com vidas humanas</i> ”
e apenas um respondeu “ <i>Não</i> ”.

A maioria que somou 27 dos entrevistados respondeu que sim, e, que deve treinar e habilitar mais os profissionais da PMGO, ou seja, deve haver um alto investimento por parte do Estado nesse dispositivo ao passo que a cada dia a sociedade se torna mais violenta e com casos cada vez mais específicos e peculiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das entrevistas mostraram que os policiais acreditam que o uso do dispositivo é imprescindível, principalmente nos casos de uso de arma branca pelo acusado, sendo muito importante o seu emprego na atividade policial.

Os policiais foram unânimes quanto a escassez do DEC nas unidades operacionais, sendo impossível na maioria das vezes, a sua cautela para uso. Outro problema apontado com muita frequência é sobre a falta de treinamento dos policiais para se habilitarem para o uso do DEC. Também houve outras reclamações quanto ao modo da habilitação para uso do dispositivo elétrico de controle, sendo que muitos reclamam que é usado o DEC nos próprios habilitandos.

De maneira geral descreveram que o dispositivo é eficiente, porém precisa ser melhor utilizado nas abordagens para garantir sua eficiência. O item que respondeu a pergunta problema deste artigo, e mostra que na grande maioria nos casos de uso de arma branca, o dispositivo é bem aplicado.

Nota-se que na atual conjuntura da sociedade, onde a Polícia acaba recebendo críticas de processos, cabe lembrar o quanto o tema em questão se fez importante, pois, além de ser importante o combate ao crime, também se faz na preservação da vida do profissional e da sociedade. Mostrando assim que o referido dispositivo é indispensável nas abordagens do PM, porém existe a necessidade de que o Estado se preocupe com os treinamentos desses profissionais quanto ao uso desse dispositivo. Assim espera-se que este estudo possam auxiliar a Polícia Militar de Goiás a formular uma diretriz de padronização e de universalização do emprego do dispositivo elétrico de controle na atividade policial.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, John B. *Armas Não-Letais: alternativas para os conflitos do século XXI*. Traduzido por Jose Magalhães de Souza. Rio de Janeiro. Editora Welser-Itage, 2003.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília: Senado federal, Subseção de edições Técnicas. 2014.88p.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica*. 3.ed. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1983.
- CUNHA, Antônio Rodrigues da; CASSIMIRO, Elvis. *A Instrução do Uso Seletivo da Força na PMGO*. 2011. 180 f. Trabalho Técnico-Científico (especialização) – Polícia Militar do Estado de Goiás, Comando da Academia de Polícia Militar. Goiânia. 2011.
- BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- FRAGA, Cristina K. *A Polícia Militar ferida: da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço*. [Tese de Doutorado] Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2005.
- GOIÁS. Polícia Militar. *O uso do dispositivo elétrico de Controle*. In: Procedimento Operacional Padrão. 3. ed. rev. amp. Goiânia: PMGO, 2014. 219 p.
- GOIÁS. Polícia Militar. *Uso Seletivo da Força*. In Procedimento Operacional Padrão. 3. ed. rev. amp. Goiânia: PMGO, 2014. 376 p.
- GOMES, Luiz Flávio. *Da aplicação da lei processual penal e a investigação preliminar (noções introdutórias)*. São Paulo, 10 abr. 2004. Disponível em: <http://www.lfg.com.br/public_html>. Acesso em: fevereiro de 2015.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar projetos de Pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GRECO, Rogério. *Atividade Policial: aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais*. 2 ed. Niterói. Impetus, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. 2. ed. São Paulo: Cengage learning, 2001.

MOARES, Cristiano Luís de Oliveira. *Sensibilidade e controle social: o uso de tecnologias não-letais pela brigada militar do Estado do Rio Grande do Sul*. (2014). Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5706/1/000455880-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em abril de 2015.

PINC. Tânia Maria. *O uso da força não letal pela Polícia nos encontros com o público*. São Paulo: Tese apresentada à Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tdeE28052007E151500/>. Acesso em Abril de 2015.

RODRIGUES, Alesandro Moreira. *O emprego da taser M 26 na atividade policial*. 2007. 19 f. [Artigo Científico]. Polícia Militar de Santa Catarina. Florianópolis. 2007.

SALLES, P. E. M. de; FEDERIGHI, W. J. Qualidade de Vida no Trabalho (QTV): a visão dos trabalhadores. *O mundo da Saúde*. abr/jun n. 30. São Paulo: 2006.

SOUZA, Cibeli de. *O Anhanguera: órgão informativo técnico científico da Polícia Militar do Estado de Goiás*, Goiânia, n. 1, 1999.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura do voluntário ou de seu representante legal

ANEXO B – ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS EM GOIÁS

O fato é que as polícias têm vários meios de agir em situações que requerem o uso seletivo da força, além do uso da arma de fogo. Diante disto qual a importância do dispositivo elétrico de controle nas atividades policiais?

Qual o nível de conhecimento e uso dos profissionais da PM de Goiás em relação ao uso do equipamento?

Em que situações os confrontos realizados pela polícia utilizando arma de fogo poderiam ser substituídos pelo dispositivo elétrico de controle e qual o impacto na redução da letalidade na Polícia Militar do Estado de Goiás?

Qual a sua opinião diante dos números de ocorrência que foi utilizado a arma de fogo e /ou o dispositivo elétrico?

Você considera que a policia militar de Goiás deve investir ainda nesse dispositivo, a fim de diminuir o numero de casos onde há o emprego de arma de fogo?
